



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Rua Júlio Paulo Marcellini, nº 50 – Vila Paiva | Varginha-MG | CEP: 37018-050
Fones: (35) 3690-3692 - (35) 3690-2042

OFÍCIO Nº: 20/2026

Varginha, 04 de março de 2026.


Assunto: Resposta ao Requerimento nº 1/2026

Senhor Presidente,

Em atenção ao requerimento nº 1/2026 de autoria do nobre vereador Alexandre José Prado Campos e Silva, após informações recebidas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, informamos o que se segue:

Atenciosamente,




Carlos Honório Ottoni Júnior
Secretário Municipal de Governo



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Rua Jaime Venturato, 50 – São Geraldo, Varginha-MG
Telefone: (35) 3690 2311



Memorando nº: xxxx

De: SEMEA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Para: SEGOV – Secretaria Municipal de Governo – A/C: Carlos Honório

Data: 27/02/2025

Assunto: Requerimento 01/2026

Prezado Secretário,

Em resposta ao Requerimento 01/2026 solicitado pelo nobre Vereador Alexandre Prado, quanto aos questionamentos abaixo relativos ao funcionamento e abrangência do serviço de coleta seletiva:

1. Quais políticas públicas atualmente estão sendo executadas pelo Município com o objetivo de criar incentivos, apoiar e melhorar as condições de trabalho das pessoas que atuam no recolhimento de resíduos sólidos para reciclagem?

Resposta: O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos foi aprovado por decreto (nº 11.451/2023) e é o principal marco legal que orienta as políticas públicas sobre resíduos no município, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010).

O que o PMGIRS prevê

- Coleta seletiva e logística reversa: o plano normatiza o serviço de coleta diferenciada dos resíduos recicláveis, etapa essencial para a geração de trabalho vinculado à reciclagem.
 - Participação de cooperativas/associações: estimula a participação das organizações de catadores, no âmbito da coleta seletiva e triagem de recicláveis, como parte do sistema de gestão dos resíduos.
 - Educação ambiental: prevê atividades no município que podem aumentar a conscientização da população sobre reciclagem e o papel dos catadores, fortalecendo a aceitação desses trabalhadores no processo de gestão de resíduos.
- Esses elementos, ao integrar instituições de catadores no gerenciamento envolvendo triagem e reciclagem, ajudam a criar oportunidades de trabalho formalizado, embora a efetividade prática ainda dependa de execução contínua das ações.

A Prefeitura disponibiliza por meio de Cessão de Uso o galpão onde a Cooperativa exerce suas atividades, além de subsidiar o transporte das cooperativas para a mesma.

2. Quais ações específicas vêm sendo desenvolvidas para garantir dignidade, segurança, renda e perspectivas futuras a catadores e trabalhadores da reciclagem, sejam eles organizados em cooperativas, associações ou atuando de forma individual?

Resposta:

Diversas ações vêm sendo implementadas no Brasil para garantir dignidade, segurança, geração de renda e perspectivas futuras aos catadores e trabalhadores da reciclagem — tanto os organizados em cooperativas e associações quanto os que atuam de forma autônoma. Essas iniciativas envolvem políticas públicas, programas sociais, apoio técnico e parcerias com o setor privado.

1. Políticas públicas e inclusão na gestão de resíduos

Uma das principais bases legais é a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que:

- Reconhece oficialmente os catadores como agentes fundamentais da cadeia de reciclagem.
- Prioriza a contratação de cooperativas e associações para serviços de coleta seletiva.
- Incentiva a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (logística reversa).

Além disso, muitos municípios implementam programas de coleta seletiva com inclusão produtiva, garantindo remuneração pelos serviços prestados.

2. Organização em cooperativas e fortalecimento institucional

O incentivo à formalização por meio de cooperativas e associações proporciona:

- Acesso a CNPJ e emissão de notas fiscais
- Melhores condições de negociação de preços
- Participação em editais e contratos públicos
- Acesso a crédito e microfinanciamento

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis atua na articulação política da categoria, defendendo direitos, promovendo formação e fortalecendo redes de apoio.

3. Segurança e melhoria das condições de trabalho

Entre as ações voltadas à proteção e saúde dos trabalhadores estão:

- Distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)
- Estruturação de galpões com prensas, esteiras e balanças

- Capacitação em segurança do trabalho
- Acesso a serviços de saúde e vacinação

Parcerias com empresas e prefeituras têm viabilizado a modernização de centrais de triagem, reduzindo riscos ocupacionais.

4. Geração de renda e valorização do material reciclável

Medidas voltadas à estabilidade econômica incluem:

- Pagamento por serviços ambientais
- Programas de logística reversa com remuneração direta às cooperativas
- Contratos fixos com indústrias recicladoras
- Criação de centrais de comercialização para venda em maior escala

Essas estratégias ajudam a reduzir a dependência de atravessadores e aumentam a renda média dos trabalhadores.

5. Capacitação, educação e perspectivas futuras

Diversos programas oferecem:

- Alfabetização e educação de jovens e adultos
- Formação técnica em gestão, empreendedorismo e economia solidária
- Inclusão digital
- Programas sociais complementares (moradia, assistência social e transferência de renda)

Essas ações ampliam as oportunidades profissionais e fortalecem a autonomia dos trabalhadores e suas famílias.

6. Reconhecimento e inclusão social

Há também iniciativas voltadas à valorização social da categoria, como:

- Campanhas de conscientização ambiental
- Participação em fóruns e conselhos de políticas públicas
- Premiações e certificações para boas práticas em reciclagem



O reconhecimento do papel ambiental e social dos catadores contribui para combater o estigma histórico associado à atividade.

Conclusão

As ações desenvolvidas buscam integrar os catadores à economia formal, melhorar suas condições de trabalho, garantir renda mais estável e ampliar perspectivas futuras.

Apesar dos avanços, ainda há desafios relacionados à universalização da coleta seletiva, valorização justa do material reciclável e ampliação da proteção social — o que reforça a importância da continuidade e fortalecimento dessas políticas e Varginha precisa caminhar neste cenário para garantir a aplicabilidade destes incentivos.

3. Existe planejamento formal ou programa estruturado no âmbito do Poder Executivo voltado ao fortalecimento da cadeia da reciclagem, incluindo metas, indicadores e cronograma de execução? Em caso afirmativo, quais secretarias ou órgãos municipais estão envolvidos, bem como o estágio atual de implementação dessas ações?

Resposta: A própria reestruturação da Coleta Seletiva, hoje em andamento garante o fortalecimento da cadeia de reciclagem.

4. Informar se há previsão de criação ou ampliação de incentivos, tais como:

- apoio técnico e administrativo;
- fornecimento de equipamentos e EPIs;
- melhoria de infraestrutura para triagem e armazenamento;
- capacitação profissional; inclusão dos trabalhadores da reciclagem em programas sociais ou econômicos do Município.

Resposta: Na realidade, as Cooperativas precisam se unir e organizar para fomentar recursos e garantir a infraestrutura das suas atividades, não podendo ficar somente a cargo do Município.

5. O Poder Executivo manifesta interesse em implementar ou ampliar políticas públicas voltadas à valorização dos trabalhadores da reciclagem, conforme previsto no Plano de Governo? Em caso afirmativo, há previsão de prazo para o início ou ampliação dessas ações e quais etapas estão previstas?

Resposta: Sim. O Poder Executivo manifesta interesse em implementar e/ou ampliar políticas públicas voltadas à valorização dos trabalhadores da reciclagem, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano de Governo e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

Coloca-se à disposição para trabalhar em conjunto com o Poder Legislativo para garantir a eficácia das políticas públicas.

6. Caso não haja ações em andamento ou planejamento definido, quais são os motivos que têm impedido a implementação do compromisso assumido no Plano de Governo?

Resposta: Não há impedimento, no entanto, deve-se mencionar que as ações aqui requeridas envolve participação popular, diversos órgãos entre outros motivos para garantir a execução de programas de incentivo neste sentido.

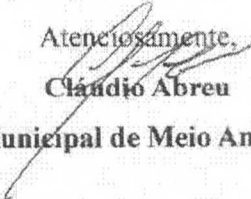
7. O Município mantém diálogo institucional com cooperativas, associações ou representantes dos trabalhadores da reciclagem e, em caso positivo, como se dá essa participação na formulação das políticas públicas?

Resposta: O Município coloca-se à disposição para manter um diálogo com as cooperativas, e ressalta que quando estruturado adequadamente, o diálogo institucional garante: Inclusão social e econômica dos trabalhadores, melhoria da eficiência da coleta seletiva, redução de resíduos enviados a aterros, transparência na gestão pública entre outros.

Cumpre mencionar que o poder legislativo no exercício de sua função representativa deverá estabelecer esse diálogo e garantir a participação da população neste quesito.

Ante ao exposto, na certeza de contar com sua prestimosa atenção, colocamos à disposição para o que for necessário.

Atenciosamente,


Cláudio Abreu

Secretário Municipal de Meio Ambiente